



ANA MARIA CAMPOS  
camposanamarca5@gmail.com



Andressa Anholera/Agência CLDF

## Com a Celina até o fim

O presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), considerou a decisão da executiva nacional do MDB equilibrada. Uma comissão liderada pelo deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL) vai definir os rumos do MDB nas eleições deste ano e dar continuidade às tratativas com o PP em torno do projeto de reeleição da governadora Celina Leão (PP), na expectativa de uma aliança que garanta a candidatura do ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) ao Senado. Ao analisar o pedido de mudança nas prerrogativas do presidente do MDB-DF, a executiva nacional abriu espaço para que as definições sejam deliberadas em parceria entre Wellington e o deputado federal Rafael Prudente (MDB-DF). “Podemos discutir as coligações, mas é certo que vou trabalhar pela reeleição de Celina e nunca esteve em dúvida a candidatura de Ibaneis ao Senado”, afirma Wellington.

### Mais uma condenação e mais dúvida

A nova condenação por improbidade administrativa na Operação Caixa de Pandora do ex-governador José Roberto Arruda (PSD) — que é pré-candidato ao Palácio do Buriti — deixa mais uma dúvida no ar. Pela Lei da Ficha Limpa, a decisão da 6ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal dos Territórios (TJDFT), da semana passada, acrescentaria uma pena de mais oito anos de inelegibilidade ao político, além dos 12 anos estabelecidos na sentença. Os advogados de Arruda, no entanto, sustentam que as mudanças na legislação podem beneficiá-lo. A Lei Complementar 219/2025 unificou a inelegibilidade em oito anos contados a partir da condenação (e não mais do fim do cumprimento da pena). Para casos de múltiplas condenações, a nova regra instituiu um teto máximo de 12 anos de afastamento da política, desde que os casos sejam conexos. Mas esse é o ponto frágil. Apenas no momento do registro da candidatura, essa questão será avaliada pela Justiça Eleitoral.



Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Reprodução/Instagram

### Três candidaturas ao Senado

A governadora Celina Leão (PP) declarou, nesta semana, que está ao lado das mulheres na disputa às vagas ao Senado, numa referência à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) e à deputada Bia Kicis (PL-DF). Mas nada impede — do ponto de vista da legislação eleitoral — que a chapa de Celina tenha três candidaturas ou mais ao Senado. O PL lançaria as duas candidatas, e o MDB teria o ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) no páreo. Os dois partidos se coligariam com o PP na candidatura ao GDF, mas não teriam aliança formal entre si.

### Tradição

O ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) manteve a tradição e esteve na noite da última quinta-feira na Festa Junina do late Clube. Estava acompanhado da mulher, Mayara Noronha Rocha, do filho caçula, Mateus, e do ex-presidente da CEB e ex-comodoro do late Edison Garcia.

### Aposta errada

Quem apostou que a cúpula do MDB anunciaria disposição de lançar candidatura própria ao Palácio do Buriti se enganou.

### Nem Cresci e Já Sou Mãe: Relatos sobre gravidez na adolescência

Histórias diferentes, mas com um fio comum: meninas que não estavam preparadas para ser mãe. É sobre essas histórias e sobre os dados, as falhas do Estado e os silêncios da família que trata *Nem Cresci e Já Sou Mãe: Relatos sobre gravidez na adolescência*, livro-reportagem da jornalista Joyce Ribeiro (foto), com mais de 25 anos de trajetória na televisão brasileira. “Quando a gravidez acontece, a luta pela independência e autonomia encontra dificuldades, muitas vezes, irreversíveis para meninas que se tornam mães muito jovens. Elas acumulam traumas, agressões, violências e desilusões, e isso aumenta os obstáculos para a construção de um futuro diferente”, afirma a autora. A obra combina relatos em primeira pessoa com pesquisa científica robusta e depoimentos de profissionais de saúde.



Divulgação

### Evasão escolar

Os números são contundentes: sete em cada 10 meninas grávidas são negras. Seis em cada 10 não estudam nem trabalham. A evasão escolar é um dos impactos mais devastadores, e Jéssica, uma das personagens do livro, coloca isso em perspectiva: “No ano em que engravidei, havia mais três meninas grávidas na mesma sala. Éramos quatro mães adolescentes numa única sala. Depois, duas delas abandonaram os estudos”.



Berrio Viana

### Modernização do contrato do Pontão

A empresa EMSA, concessionária do Pontão do Lago Sul, apresentou ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) os memoriais em que recorre contra a decisão de considerar irregular o novo plano de negócio para a área aprovada pela Terracap. Segundo o TCDF, o objeto do contrato foi alterado com a intenção da concessionária de ampliar a área edificada, com a construção de um shopping na beira do lago e cobrança de estacionamento no local, entre outras novidades previstas. A EMSA alega que, desde a licitação e a assinatura do contrato em outubro de 1996, havia previsão de ocupação de toda a área numa superfície total de 134.000 m<sup>2</sup> e não de 4734 m<sup>2</sup>, como é hoje. Esse entendimento teria sido respaldado em decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), da Terracap, da Procuradoria do DF e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). A empresa também aponta que a modernização do projeto será rentável para a Terracap, para o GDF e para a população do DF.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

## Operação Compliance Zero

Governadora afirma que o BRB voltou a andar com as próprias pernas, defende empréstimo de R\$ 6,6 bilhões aprovado pela CLDF e diz que banco terá condições de começar a quitá-lo daqui a dois anos, sem comprometer as contas públicas

# “BRB pagará empréstimo”, diz Celina

» PAULO GONTIJO

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), voltou a defender, ontem, o acordo firmado para reestruturar o Banco de Brasília (BRB) e minimizar os efeitos da crise financeira enfrentada pela instituição. Durante agenda em Brasília, ela afirmou que a situação do banco está estabilizada, destacou a relevância estratégica do BRB para a economia local e garantiu que os responsáveis por eventuais irregularidades serão punidos.

Ao justificar a necessidade da operação aprovada nesta semana pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Celina ressaltou os impactos que uma eventual quebra da instituição poderia provocar nos cofres públicos do DF. “O BRB paga R\$ 1,8 bilhão por ano de dividendos, de impostos para o GDF. Se aquele banco quebrar, isso poderia gerar um prejuízo de R\$ 60 bilhões. O sócio solidário é o GDF”, declarou.

Segundo a governadora, o acordo homologado na última

terça-feira pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi fundamental para preservar a saúde financeira do banco e evitar consequências mais severas para o Distrito Federal. “Eu assinei o acordo. Agora, o BRB anda por pernas próprias. E ele mesmo vai pagar o empréstimo, começando daqui a dois anos”, afirmou.

As declarações ocorrem em meio às críticas de parlamentares de oposição e de entidades sindicais, que questionam os impactos da operação para as contas públicas e cobram a responsabilização dos envolvidos nas irregularidades investigadas.

Sobre esse ponto, Celina afirmou que não haverá impunidade. “Tem uma investigação em curso. Ela vai prender quem fez isso, e essas pessoas vão ter que ressarcir, sim, os cofres públicos. Não se preocupem com impunidade, não”, disse. “Ninguém ficará impune de algo errado sobre o BRB.”

### Contas públicas

Em entrevista anterior ao **Correio**, o secretário de Economia do

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



### Governadora falou sobre o BRB durante agenda em Brasília

Distrito Federal, Valdivino de Oliveira, também procurou minimizar os efeitos fiscais do acordo firmado para socorrer a instituição financeira. Segundo ele, o peso da operação no orçamento do DF será limitado nos próximos anos.

“Essa operação vai representar cerca de 1% do nosso orçamento nos próximos anos. Nós temos expectativa de que o banco volte a

ser saudável e gere lucros. Com essa receita, nós podemos pagar essa dívida sem afetar o orçamento fiscal”, explicou.

A avaliação do governo é de que, com a recuperação financeira da instituição, o BRB retomará sua capacidade de geração de resultados e assumirá o pagamento integral da operação, sem necessidade de novos aportes do Tesouro distrital.

### Entenda o acordo

As falas da governadora ocorreram poucos dias após a aprovação do Projeto de Lei nº 2.363/2026 pela CLDF. A proposta ratifica os termos do acordo homologado pelo STF e autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar um empréstimo de até R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), destinado à recomposição financeira do BRB.

O texto foi aprovado em dois turnos por 11 votos favoráveis, nove contrários e uma abstenção. Votaram a favor Eduardo Pedrosa (União), Hermeto (MDB), Iolando (MDB), Jaqueline Silva (MDB), Joaquim Roriz Neto (PL), Pastor Daniel de Castro (PP), Pepa (PP), Martins Machado (Republicanos), Roberto Negreiros (Podemos), Roosevelt Vilela (PL) e Wellington Luiz (MDB).

Pelo acordo, os recursos obtidos por meio do empréstimo serão utilizados para fortalecer a estrutura financeira do banco. A previsão do governo é que o próprio BRB inicie a quitação da dívida daqui a dois

anos, utilizando receitas geradas pela retomada de sua capacidade operacional.

### Patrimônio

Em nota divulgada após a votação, Celina agradeceu aos deputados distritais que apoiaram a proposta e classificou a aprovação como uma decisão histórica para o futuro da instituição. “A decisão da Câmara Legislativa é histórica porque garante a manutenção do Banco de Brasília nas mãos dos brasilienses”, declarou.

Na avaliação da governadora, o resultado da votação representa o reconhecimento do papel desempenhado pelo BRB na economia do Distrito Federal, tanto pela geração de empregos quanto pela execução de programas públicos.

“É o reconhecimento da importância do BRB na vida de todos nós, na preservação dos empregos de milhares de servidores e a garantia da prestação de seus serviços, especialmente nos programas sociais que conduz”, concluiu.